



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JOSÉ MÁRCIO SANTOS SILVA

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL DA
GLÓRIA LOTEAMENTOS I E II, CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2014**

JOSÉ MÁRCIO SANTOS SILVA

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL DA
GLÓRIA LOTEAMENTOS I E II, CAMPINA GRANDE-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia, da Universidade Estadual da
Paraíba, para obtenção do grau de licenciado em
Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTONIO ALBUQUERQUE DA COSTA

**CAMPINA GRANDE-PB
2014**

S586s Silva, José Márcio Santos.

A segregação socioespacial do Conjunto Habitacional da Glória, loteamentos I e II, Campina Grande-PB [manuscrito] / José Márcio Santos Silva. - 2014.

50 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa, Departamento de Geografia".

1. Moradia. 2. Habitação popular. 3. Habitação. 4. Política habitacional. I. Título.

21. ed. CDD 363.59

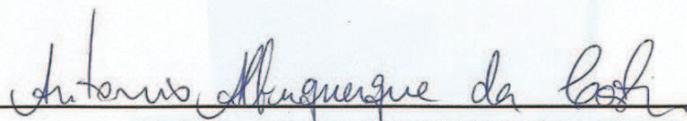
JOSÉ MÁRCIO SANTOS SILVA

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL DA
GLÓRIA LOTEAMENTOS I E II, CAMPINA GRANDE-PB**

Aprovada em: 05/02/2014

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia, da Universidade Estadual da
Paraíba, para obtenção do grau de licenciado em
Geografia.

BANCA EXAMINADORA



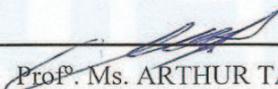
Prof. Dr. ANTONIO ALBUQUERQUE DA COSTA

Orientador/UEPB



Prof.^a Ms. MARÍLIA MARIA QUIRINO RAMOS

1^a examinador/UEPB



Prof.^a Ms. ARTHUR TAVARES VALVERDE

2^a examinador/UEPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, por ter me dado acima de tudo saúde, inteligência, sabedoria e determinação que permitiram concluir com êxito esta pesquisa acadêmica.

À minha **família** que sempre me apoiou nos momentos de dificuldade ao longo do curso, e em especial à minha **mãe**, (Lúcia de Fátima Santos Silva) pela dedicação, compreensão e paciência nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao professor **Antonio Albuquerque da Costa**, pela paciência e dedicação na orientação do trabalho.

Às pessoas que apoiaram na realização deste trabalho, José Joaquim Pereira, José Martins de Paiva (Martins da Cachoeira), e aos meus colegas de turma, Elane Michele, Rodrigo Cândido, Leomar Rocha, Edilma Gomes, Cristizângela, Ingrid Isabele, Rodrigo Araújo, Childer Mikael, Adailton, Eduardo e Zenildo Pequeno da Silva.

Aos professores do Curso de Geografia, que contribuíram para minha formação profissional e intelectual contribuindo para me tornar um indivíduo mais sensível e atento aos acontecimentos cotidianos.

RESUMO

SILVA, José Márcio Santos. **A Segregação Socioespacial do Conjunto Habitacional da Glória, Loteamentos I e II, Campina Grande-PB.** 2014. Monografia (Graduação) Curso de Licenciatura Plena em Geografia CEDUC/UEPB, Campina Grande – PB.

A questão da habitação no Brasil principalmente a direcionada para a população de baixa renda, não é prioridade para o Estado ou para a iniciativa privada. O descaso com que essa questão é tratada acaba apartando milhares de pessoas da moradia segregando-as nas periferias da cidade. São inúmeras as evidências acerca dos impactos negativos que o fenômeno da segregação residencial provoca sobre a cidade e a vida de seus cidadãos. Tais constatações têm demandado uma compreensão mais detalhada sobre a segregação residencial. Com base no exposto o objetivo deste estudo foi analisar através de observações empíricas e de forma teórica, o problema da habitação na zona leste da cidade de Campina Grande, com o olhar específico para a segregação socioespacial que vem sofrendo o Conjunto Habitacional da Glória, loteamentos I e II, motivo decorrente da valorização do solo urbano e do preconceito por serem oriundos de uma favela, bem como, evidenciar os principais fatores que levam a não aceitação por parte de alguns moradores dos bairros vizinhos que com frequência marginalizam a população ali residente. Como resultado da pesquisa observou-se uma radical transformação no estilo de moradia dos antigos moradores da Favela da Cachoeira, marginalizada e área de risco, depois da transferência para o Conjunto Habitacional, mudanças que podem ser comprovadas através de fotografias do local em análise. Contudo, a relocação não resolveu todos os problemas dos moradores oriundos da área de risco, uma vez que, os dados coletados provam que mesmo ocorrendo uma melhora considerável no nível estrutural após a relocação, os índices socioeconômicos continuam baixos, além do preconceito e da estigmatização dos habitantes que ainda resistem em desaparecer.

Palavras-chaves: Moradia, segregação residencial, seletividade.

ABSTRACT

SILVA , José Márcio Santos . The Socio-Spatial Segregation of Glory Housing Complexes I and II, Campina Grande-PB. 2014. Monograph (Undergraduate) Course Full Degree in Geography CEDUC / UEPB , Campina Grande - PB .

The issue of housing in Brazil mainly targeted for low-income people , is not a priority for the state or the private sector . The contempt with which this is dealt with thousands of people just departed the house segregating them in the suburbs . There are numerous evidence about the negative impacts that the phenomenon of residential segregation causes over the city and the lives of its citizens . Such findings have demanded a more detailed understanding of residential segregation . Based on the above the aim of this study was to analyze through empirical observations and theoretical way , the problem of housing in the area east of Campina Grande , in particular looking at the socio-spatial segregation that has been suffering the housing Glory I and II reason due to the appreciation of urban land and prejudice because they come from a slum , and it shows the main factors that lead to non-acceptance by some residents of the neighborhoods that often marginalize the population living there . As a result of the research there was a radical change in the style of property of the former residents of slums and marginalized risk area , then transfer to the Housing Complex , changes can be documented through photographs of the site in question . However , the relocation did not solve all the problems of the residents coming from the area of risk , since the data collected show that even experiencing a considerable improvement in structural level after relocation , socioeconomic indices remain low beyond prejudice and stigmatization of inhabitants who still resist fade .

Keywords : house, residential segregation , selectivity .

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Figura 01. Cartograma com Bairros limítrofes do Conjunto Habitacional da Glória Loteamentos I e II.....	30
Figura 02: Imagem de satélite do Conjunto Habitacional da Glória Loteamentos I e II.....	31
Figura 03: Casas do tipo térrea no Loteamento Glória I.....	33
Figura 04: Ruas pavimentadas no Loteamento Glória II.....	33
Figura 05: Casas sendo modificadas ou mesmo ampliadas no loteamento Glória I.....	34
Figura 06: Lagoa de tratamento de esgoto no Glória II.....	35
Figura 07: Os técnicos da CELB desligam a rede elétrica das casas.....	41
Figura 08: Construção do Conjunto Habitacional da Glória.....	42
Figura 09: Casa construída em local destinado a organizações comunitárias no Glória I.....	43
Figura 10: Residências construídas em área invadida no loteamento Glória II.....	43
Figura 11: Vista parcial da Favela da Cachoeira.....	43
Figura 12: Parte da antiga Favela da Cachoeira demolida em 2006.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Quantidade, tipo e área das casas construídas na Glória I.....	33
Quadro 02: Quantidade, tipo e área das casas construídas no Glória II.....	33
Quadro 03: As unidades habitacionais apresentam as seguintes características.....	33
Quadro 04: Equipamentos comunitários e serviços públicos presentes no Conjunto Glória..	33
Quadro 05: Grau de instrução dos chefes de família da Glória.....	38
Quadro 06: Renda familiar por faixa.....	39
Quadro 07: Ocupação do chefe da familiar.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Percentagem dos chefes de família no conjunto Glória.....	40
Gráfico 02: Faixa etária dos moradores.....	40
Gráfico 03: Situação civil do chefe de família.....	41

SUMÁRIO

Pág.

INTRODUÇÃO	11
1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	12
1.1 O problema da habitação no Brasil.....	12
1.2 Os agentes que formam o espaço urbano.....	15
Os proprietários dos meios de produção.....	15
Os proprietários fundiários.....	15
Os promotores imobiliários.....	15
O Estado.....	15
Os grupos sociais excluídos.....	15
1.3 Especulação Imobiliária.....	21
2. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL	23
2.1 O processo de segregação e o (pré)conceito.....	23
3. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA EM ESTUDO	28
3.1 Localização da área em estudo.....	30
3.2 A infraestrutura e a situação socioeconômica do conjunto Glória I e II.....	32
3.3 Características Socioeconômicas dos Moradores da Glória.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
APÊNDICES.....	

INTRODUÇÃO

A questão da habitação no Brasil tornou-se ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1970, um problema gravíssimo causado, sobretudo, pelo êxodo rural que inseriu na cidade ao longo das décadas milhares de migrantes vindos do campo em busca de melhores condições de vida.

Tal movimento migratório provoca o “inchaço” das cidades que acarreta inúmeros problemas como pobreza, violência, poluição, com destaque para a questão da moradia que vem se mostrando a mais grave nos últimos anos uma vez que não é tratada com a seriedade que merece por parte dos poderes públicos. É evidente o descaso no que diz respeito ao problema “de onde e como morar” que aflige a maior parte da população brasileira mais especificamente aquelas que não possuem uma renda mensal mínima para adquirir uma moradia decente.

O crescimento cada vez mais rápido das cidades faz com que a população de baixa renda acabe sendo expulsa das áreas mais valorizadas ficando na maioria das vezes segregadas nas periferias subequipadas caracterizada quase que totalmente pela ausência de infraestrutura e condições socioeconômicas satisfatórias.

Nesse contexto proposta deste estudo foi analisar o processo de segregação socioespacial que vem sofrendo os moradores do Conjunto Habitacional da Glória, loteamentos I e II, localizado na zona leste da cidade de Campina Grande-PB, com destaque para o preconceito que sofrem os moradores por serem oriundos de uma favela. Evidenciam-se também as principais causas que levam a não aceitação por parte de alguns moradores dos bairros vizinhos que com frequência marginalizam a população ali residente. Foram analisadas ainda as características sociais e econômicas da população residente na área em análise.

Para chegar à compreensão do fenômeno da Segregação Residencial e por que ele ocorre no Brasil, partiu-se do exame da literatura de alguns estudiosos do tema destacado, conceituando e enfatizando os principais fatores e causas que propiciam a gênese desse fenômeno urbano.

Depois de estudo teórico, coleta de dados, pesquisa de campo com aplicação de uma dezena de entrevistas juntamente com os moradores dos bairros vizinhos e juntamente com os comunitários do conjunto habitacional, decorreu a construção do trabalho no qual foi desmembrado em três partes: o primeiro discute o processo de urbanização no território

brasileiro, o segundo trata da segregação residencial, o terceiro analisa a caracterização geográfica, a infraestrutura da área em estudo e a situação socioeconômica dos moradores.

1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

1.1 O problema da habitação no Brasil.

A urbanização brasileira se tornou um fator determinante na organização do espaço a partir, sobretudo, da década de 1940, e cresceu muito com a instalação, principalmente, de muitas empresas estrangeiras no território. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1940 a taxa de urbanização no país era de 26,35% e em 1970 ocorre uma verdadeira inversão em que essa taxa cresce para 68,86%. Nos anos de 1980 o Brasil, conheceu um crescimento urbano nunca visto no país, em que a população urbana segundo Santos (1996, p. 29) ultrapassa em 77% a população rural. As cidades já quase completamente integradas através dos sistemas de transporte e comunicações receberam um número impressionante de imigrantes oriundos do campo. Essas pessoas sem poder aquisitivo para adquirir a posse do solo urbano, foram se instalando nas periferias contribuindo para “o inchaço populacional” problema crônico que acompanha a vida urbana das grandes cidades até hoje.

A maioria das cidades, em sua essência, não foi no passado planejado para suportar esse grande e rápido crescimento populacional, com todos os seus almejos por melhores condições de sobrevivência. Todo este cenário contribuiu para a expansão das periferias e conseqüentemente a multiplicação das favelas, e com elas os vários problemas como falta de habitações dignas, de saneamento básico, de atendimento hospitalar, de segurança e de emprego decente.

A carência de habitação popular urbana começa a se constituir como problema no Brasil na segunda metade do século XIX com a penetração do capitalismo, da mesma forma como se constituíra na Inglaterra cem anos antes. Naquela época começou a surgir aqui, como anteriormente havia surgido lá, o “homem livre”. Este é antes de qualquer coisa um despejado. Despejado de sua terra, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida.

A política habitacional brasileira tem sido provavelmente, a política pública mais investigada, debatida e criticada, especialmente a partir de 1964. Isto se explica não só pela importância da habitação em si, mas também pelo fato da moradia apresentar grande riqueza de manifestações econômicas, políticas, sociais e ideológicas e dada a sua constante presença nos discursos políticos oficiais.

Todo ser humano precisa de abrigo e proteção contra as intempéries e outras agressões da natureza, e mesmo contra as agressões de seus semelhantes; precisa de privacidade e de abrigo para desenvolver sua vida individual, familiar e social. O problema que os homens têm que enfrentar para conseguir esse abrigo – a habitação – é o “problema da habitação”. Para alguns autores entre eles Villaça (1986), cria-se um “problema” abstrato, não real, existente apenas na mente, utilizado para definir a questão habitacional.

A classe dominante é então obrigada a inventar um problema que na sua lógica não existe, para dizer que depois vai resolvê-lo. Assim, são formulados problemas falsos, que não se pretende não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos.

Em função disso, é constantemente defendido nos discursos da classe dominante que o problema sempre existiu e sempre existirá no Brasil e em outros países mundo afora, procurando-se com isso distorcer e esconder a verdadeira questão que é a de convencer à classe dominada de seu constante fracasso na solução do problema.

Como a classe dominante não consegue demonstrar com fatos que não é capaz de oferecer habitações decentes para todos, a alternativa que lhe resta é valer-se de palavras e falsas verdades. Para isso a ideologia burguesa e com ela o Estado e a classe média oferecem vários argumentos, por exemplo, que o Brasil é um país pobre e que por isso não tem condições de oferecer habitações razoáveis à maioria ou à quase totalidade do povo, fazendo com que os trabalhadores acreditem que o problema da habitação é mesmo muito complexo e que a classe dominante está fazendo o que pode para resolvê-lo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, juntamente com os demais bens necessários para atender às necessidades humanas, a habitação começa a assumir a forma de mercadoria. De acordo com Rodrigues (2001, p. 18), “o preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recursos à terra”.

A habitação, entretanto é uma mercadoria especial, e que o capitalismo não tem possibilidade de oferecer a todos os membros da sociedade. Em outras palavras, o capitalismo precisa da escassez para sobreviver na sociedade capitalista, pois sem ela o mercado não funcionaria enquanto mecanismo fixador de preços e gerador de concorrência.

O sistema capitalista na sua gênese é interessante ao procurar separar o trabalhador de seus meios de produção. Segundo Villaça (1986, p. 15), o burguês capitalista procura desenvolver uma ideologia no intuito de convencer o trabalhador das maravilhas do modo

capitalista de produção que o tornará “livre” para escolher o trabalho que quiser desde que assalariado, mas que na verdade o tornará cada vez mais explorado.

Em decorrência dessa “liberdade” antes não permitida, o ser humano torna-se como já mencionado anteriormente, um despejado não só de seus meios de trabalho mas também de sua casa, uma vez que, tudo de que necessita para sua sobrevivência; roupas, comida, inclusive a casa, passam a ser comprados com seu salário.

Outra questão que agrava o “problema da habitação no Brasil” é representada pela propriedade privada da terra que valoriza o preço do produto habitação obrigando as camadas mais pobres a morar nas piores localizações das cidades, no caso das cidades brasileiras, na chamada “periferia subequipada”. Villaça (1986, p. 31), contribui dizendo que:

O “padrão” habitacional “ótimo” ou “certo” ou “ideal” é aquele que a classe trabalhadora acha que pode conquistar através do avanço possível dentro das condições políticas, sociais e econômicas em que se encontra. “Resolver” o problema da habitação é conquistar esse padrão para todos os trabalhadores. Como esse padrão não é fixo, mas historicamente cambiante, não existe o momento dessa conquista. O que existe é a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida --- de alimentação, vestuário, moradia, saúde processo esse que nada mais é do que a caminhada dos dominados para sua liberdade.

O problema habitacional não é recente, mas sim fruto de um processo histórico segregador, que põe à margem milhares, e considerando-se o nível de desenvolvimento alcançado pelo país nas últimas décadas em termos tecnológico, econômico, os avanços da indústria e em outros setores de atividades no país e, considerando ainda o padrão de vida da minoria mais rica, não há como negar que as condições de moradia da maioria do povo brasileiro são terrivelmente baixas e que não houve uma evolução satisfatória.

Como muitos moram mal, é de se supor que haja uma crise no oferecimento de casas que possam ser compradas ou alugadas. Uma rápida análise mostra um contraste entre, de um lado, um grande número de anúncios de casas, terrenos, apartamentos para vender ou alugar, de imóveis utilizados para comércio e serviços, casas transformadas para este novo uso e, de outro, a carência de moradias. Se todas as casas e terrenos fossem ocupados, mesmo assim continuaria a faltar casas para se morar.

Concernente a isto Rodrigues (2001, p. 12) estima que “o déficit de moradias no Brasil seja de dez milhões de unidades, o que corresponde a 10% do déficit mundial”, ou seja, a sociedade capitalista (segregadora e seletiva) não sobrevive sem uma crise habitacional, uma vez que, considerando-se que o trabalhador só dispõe de seu salário, indispensável a sua sobrevivência e reprodução. Outro fator que também contribui para dificultar o acesso do pobre à moradia é o avanço da tecnologia no momento em que exige maior qualificação

(grande parte dos trabalhadores não possuem) para lidar com os meios modernos de produção provocando com isso baixa remuneração e desemprego.

Destaca-se também o ritmo de urbanização da cidade capitalista que chega a ser tão intenso que o ritmo da construção de habitações não consegue acompanhar. Rodrigues (2001, p.62) afirma que “mais de 70% da população mora nas cidades”. A maior parte se encontra nas favelas, cortiços ou loteamentos clandestinos na periferia desurbanizada. Não consegue participar do mercado imobiliário devido ao seu baixo poder aquisitivo e ao alto preço da moradia, objeto de especulação.

Segundo Rodrigues (2001, p. 12):

A chamada crise habitacional está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores. Não se conhece grandes empresários ou executivos que tenham dificuldades de morar adequadamente, desde que, é claro, paguem por esta mercadoria tornada escassa e cara. Para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários. Para quem conta com recursos limitados, a crise habitacional não é nova.

Em referida sociedade a crise habitacional não é um acaso, é uma criação necessária que transforma a terra/casa em mercadoria com um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência que é tornado escasso e caro transformando a terra numa espécie de capital que está sempre se valorizando segregando e dificultando assim seu acesso por parte daqueles com menor poder aquisitivo.

1.2 Os agentes que formam o espaço urbano.

De acordo com Corrêa (1995), os diferentes usos da terra que definem áreas tais como; o centro da cidade¹ áreas industriais, áreas residenciais² de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão, são, pois, diferentes usos do solo que fazem com que a organização espacial da cidade seja ao mesmo tempo fragmentado e articulado.

Percebe-se que esse espaço urbano por está simultaneamente fragmentando e articulado na cidade capitalista, acaba ocorrendo uma forte divisão em áreas *residenciais segregadas* que juntamente com os bairros subequipados representam papel considerável no processo de formação das relações sociais socialmente produzidas pelos agentes consumidores do espaço representando a complexa estrutura social em classes.

Na cidade capitalista as áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção em que se reproduzem as diversas classes

¹Local de concentração de atividades comerciais, serviços e de gestão

²Distintas em termos de forma e conteúdo social

sociais e suas funções, destacando-se os bairros como os locais de reprodução dos diversos grupos sociais.

Partindo-se de diversas literaturas que identificam os vários agentes sociais que contribuem para a formação da segregação residencial, destacam-se os seguintes: Os proprietários dos meios de produção, Os proprietários fundiários, Os promotores imobiliários, O Estado e Os grupos sociais excluídos.

Conforme Corrêa (1995, p. 13) “os proprietários dos meios de produção representados pelos possuidores industriais e das grandes empresas comerciais, necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas” de preferência que estejam juntos aos portos, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população.

No tocante a isso, nas grandes cidades onde a atividade fabril é expressiva, a ação espacial dos proprietários industriais leva à criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres onde mora a elite, porém próxima às áreas proletárias e longe dos bairros residenciais da elite. Concorda-se com Corrêa (1995, p.15) ao destacar que “deste modo a ação deles modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra”, ou seja, o uso e o aproveitamento das diferentes frações da cidade bem como o direcionamento das melhores infraestruturas ocorrem de forma a satisfazer os interesses das elites.

Observa Corrêa (1995, p.16) que “os proprietários fundiários são os donos de terras que atuam no intuito de obter o maior lucro possível, direcionando-as preferencialmente para o uso comercial ou residencial de *status*”. Isso significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso, ou seja, o proprietário que tem a casa/terra para morar para ele importa o uso e não o preço, já para o proprietário que tem a casa/terra para especular importa o preço e não o uso.

Rodrigues (2001) destaca que:

Os proprietários não são apenas agentes de produção do espaço urbano quando, associados ou não, promovem loteamentos, mas também quando deixam a terra vazia, fazendo no mínimo uma ocupação da cidade com uma aparência de caos. Grandes espaços vazios numa cidade que se espraia pelas “periferias”. Terra vazia e homens sem terra, coexistindo no mesmo espaço e tempo.

Com o objetivo de obtenção do maior lucro possível, os proprietários de terras bem localizadas agem pressionando o Estado visando à instalação de infraestrutura ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem os equipamentos que irão proporcionar maior valor ao lote.

De acordo com Corrêa (1995, p. 19) “aos proprietários de terrenos mal localizados, resta apenas outra estratégia. Não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado *status*, não restam senão o loteamento de suas terras”.

Trata-se de loteamentos populares com o mínimo de infraestrutura tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população construído pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implantam enormes e monótonos conjuntos habitacionais.

Em relação aos promotores imobiliários, esses agentes fazem a incorporação que é a operação-chave da promoção imobiliária realizando a gestão do capital-dinheiro com o objetivo de transformá-lo em mercadoria e imóvel, além de participarem do financiamento, realizando estudos técnicos, contribuindo também na construção e comercialização do produto final.

Ao se realizar a incorporação participam, em geral, do processo de abertura e consolidação vários agentes: o proprietário fundiário, o empreendedor do loteamento (loteadores, corretores), compradores dos lotes, (moradores) e o Estado, através do aparelho técnico, financeiro e legal.

Salienta-se que é em função do maior lucro possível que a dinâmica do mercado imobiliário concentra-se na maneira como os incorporadores alocam grupos sociais por intermédio de mecanismos de valorização da terra como restrições de oferta, níveis de preço e lógicas de localização de atividades comerciais e residenciais.

Desta forma, a disputa pelo uso da terra promovida pelos incorporadores favorece a auto-segregação das classes superiores e expulsa os moradores com menores rendimentos para as piores localizações da cidade alimentando a segregação imposta.

Outra questão não menos agravante da segregação residencial, é que na sociedade capitalista não há interesse das diferentes frações do capital envolvido na produção de imóveis em produzir residências populares devido aos baixos níveis de salários das camadas populares, considerando-se também que o interesse do promotor imobiliário e da indústria de material de construção é no sentido de apenas produzir habitações com inovações e, com valor de uso superior às antigas, obtendo-se um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das classes populares.

Vale ressaltar o que se disse antes em relação à obtenção do lucro máximo da terra só possível graças à atuação espacial dos promotores imobiliários que é feita de modo desigual, criando e reforçando a *segregação residencial* que caracteriza a cidade capitalista.

O Estado por sua vez também atua na organização espacial como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, agindo também como proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do solo. Concorde-se com Corrêa (1995, p.24) para quem “é através da implantação de serviços públicos, como [...] calçamento, água, esgoto, iluminação, coleta de lixo etc, interessantes tanto às empresas como à população, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado”.

Destaca-se que as políticas habitacionais propiciadas pelo Estado também são iniciativas que podem contribuir para a intensificação da segregação residencial nas cidades, uma vez, que sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. A tendência é privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. Nestes termos Corrêa (1995) tem o seguinte pensamento:

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições e realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações (CORRÊA, 1995, P. 26).

A segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento quando da criação, a partir do “zero” de núcleos urbanos e de relocações. Tal planejamento do Estado capitalista visando à reprodução das diferentes classes sociais é o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, “O Conjunto Habitacional da Glória” (antiga favela da Cachoeira) surgido do processo de relocação de área de risco tendo como hipóteses que pressões e interesses alheios aos sociais foram decisivos para que o Estado viabilizasse a transferência/higienização através da retirada dos moradores da favela.

Após a relocação dos moradores da Favela da Cachoeira para o Conjunto Habitacional da Glória, instalou-se próximo ao local um dos maiores empreendimentos relacionados à habitação no país (Alphaville) com a construção de um moderno e luxuoso condomínio fechado.

A esse processo que Corrêa (1995, p. 28) chamará de “renovação urbana” em que o Estado será alvo de pressões pelas classes mais abastadas, para que promova a revitalização das localizações de interesse reestruturando os espaços selecionados promovendo a segregação.

Em síntese, a segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento,

por outro grupo de *status* inferior ou, em alguns casos, superior através do processo de renovação do espaço habitado.

Em geral, tais políticas visam suprir o déficit existente através da maximização da quantidade de novas construções que edificam habitações populares nas zonas periféricas onde o valor do solo é muito inferior, o que acaba promovendo a segregação e *estigmatização* dos moradores destas áreas.

Portanto, ao se produzir habitações populares como conjuntos habitacionais, a segregação residencial se comprova, uma vez que, estes se localizam nas piores áreas da cidade capitalista.

Os grupos sociais excluídos, oriundos em grande parte da zona rural, ou de locais diferentes da própria cidade, sem dispor de recurso financeiro para comprar um imóvel ou no mínimo pagar o aluguel de uma habitação digna, acabam sendo segregados nas áreas periféricas da cidade.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel.

Desde as mansões até os cortiços e favelas a diversidade é muito grande. Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada das cidades e refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, tanto pelos equipamentos e serviços coletivos. Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em **arremedos**³ de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou nas áreas centrais ditas “deterioradas”. Nesses arremedos de cidades, há inclusive aqueles que “não moram”, vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não tem um teto fixo ou fixado no solo. Nestes arremedos de cidade, mergulham num turbilhão de miséria, de sujeira, o que torna cada dia mais difícil ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria (RODRIGUES, 2001, p.12).

Para os promotores imobiliários é interessante a diferença no poder aquisitivo das classes sociais que possibilita a valorização de frações da cidade seletivizando a habitação de qualidade a um restrito grupo social realimentando a segregação.

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços e prédios vazios localizados próximos ao centro da cidade onde velhas residências que no passado foram habitadas pela elite, agora se acham degradadas e subdivididas.

³ Na citação em destaque, o termo arremedo refere-se aos piores lugares da cidade para se morar.

Neste sentido, e com base em noticiários e literaturas que tratam do assunto, ressalta-se que por vezes esses locais ao serem ocupadas pelos que não têm nenhuma opção de morar, na maior parte das vezes são despejados pela famigerada “reintegração de posse” que dispõe de todo o apoio do aparato repressor do Estado que faz o que for preciso para satisfazer o capitalista proprietário dos imóveis ocupados.

Mas, é na produção da favela por meio de mutirões ou autoconstrução, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e contrários aos interesses dos outros agentes.

Por outro lado, a casa construída pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra localizam-se distantes do centro nas periferias onde seus moradores sofrem os mais variados tipos de preconceitos e *estigmatização* pelo simples fato de residirem nesses locais.

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização ate tornar-se um bairro popular, resulta, de lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta urbanização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros (CORRÊA,1995, P.31).

Depoimentos colhidos *in locu* junto aos moradores do conjunto habitacional da Glória, associam-se com a linha de pensamento do autor citado quando referenciaram em seus diálogos que se sentiam mais estimulados para implantar melhorias em suas residências o que não ocorria na favela.

Percebeu-se na pesquisa de campo que os incentivos por parte dos poderes estadual e municipal para que ocorresse um crescimento pessoal e profissional não foi suficiente para suprir as expectativas dos moradores, sobretudo, referindo-se a capacitação profissional que proporcionaria o aumento da renda. Se fossem atendidas reivindicações como, por exemplo, a instalação de uma cooperativa para reciclagem do lixo, geraria emprego e renda para os moradores do local promovendo uma conseqüente valorização social e profissional.

Outra questão que é interessante destacar é que o espaço em análise (O Conjunto Habitacional da Glória), com o passar dos anos vem sofrendo transformações urbanísticas, resultando na valorização dos imóveis, forçando moradores a venderem suas casas e irem residir em outros locais da cidade.

1.3 Especulação Imobiliária.

No processo de “expulsão” das classes menos favorecidas para a periferia da cidade capitalista, a valorização da terra/localização através da especulação imobiliária que funciona pela lógica da oferta e da procura é promovida pelo proprietário imobiliário que busca elevar ao máximo o valor de seu imóvel.

Segundo Rodrigues (2001), a terra é uma espécie de capital que está sempre se valorizando. É na verdade um falso capital, uma vez que essa valorização não decorre de uma atividade, de um esforço para se obter o produto final. A valorização desse pedaço de “chão” dependerá de sua localização e infraestrutura, sendo esta disponibilizada em virtude, sobretudo, das pressões exercidas por parte do proprietário possuidor do maior capital para que o Estado a forneça.

Os mecanismos da chamada especulação imobiliária relacionada com a ocupação da cidade, podem ser praticadas de várias formas. A mais comum refere-se ao interior da área loteada e diz respeito à retenção deliberada de lotes. Em geral, vendem-se os lotes *pior* localizados em relação aos equipamentos e serviços, para em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocam-se os demais à venda. A simples ocupação de alguns já faz aumentar o preço dos demais lotes, “valorizando” o loteamento.

Para isso o agente especulador por meio por meio de pressões força o Estado a estruturar a localização de sua propriedade, pavimentando e saneando objetivando sua valorização.

Segundo Lefebvre (2002):

Há poucos anos não se podia imaginar outra “produção” que não fosse a de objeto, localizado, aqui ou ali, no espaço: Um objeto usual, uma máquina, um livro, um quadro. Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço. Há poucos anos o espaço localizável e demarcável, o solo, ainda pertencia a esta entidade sagrada: a terra. Pertencia a este personagem maldito, logo sagrado, o proprietário (não dos meios de produção, mas da casa), sobrevivência dos tempos feudais. Atualmente, essa ideologia e a prática a ela correspondente esboroam-se.

Vale ressaltar que os equipamentos e os serviços de consumo coletivos são conseguidos por este seletivo grupo, ao contrário do restante da população, com mais facilidade e não se colocam como problema na medida em que o forte poder aquisitivo, além do alto poder de persuasão política, possibilita o atendimento privado dos interesses coletivos: escolas e hospitais particulares, segurança, entre outros.

O pensamento desses autores combina-se com os desta pesquisa no sentido de mostrar que a terra e o solo urbano nas últimas décadas perdeu seu verdadeiro fim que é o de abrigar e alimentar, propiciando bem-estar a todos e tornou-se uma espécie de mercadoria transformada em loteamentos disponível a um seleto grupo deixando milhares de fora ocasionando as mais variadas mazelas urbanas.

2. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

2.1 O processo de segregação e o (pré)conceito.

Este item apresenta a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, a partir da temática chave do estudo: o diagnóstico dos fatores que levam a não aceitação dos moradores dos bairros do entorno, com a consequente segregação sofrida pelos moradores do Conjunto Habitacional da Glória. O problema da segregação que ocorre, foi discorrido com base em entrevistas aplicadas aos moradores da área circundante do conjunto habitacional e juntamente aos próprios habitantes da área em estudo.

De acordo com Corrêa (1995), o termo segregação residencial cujo conceito aparece com a Escola de Chicago, primeiramente com Robert Park e, a seguir com Mackenzie, é definido como uma concentração de tipos de população dentro de um dado território do espaço geográfico, caracterizado pela individualidade física e cultural.

Segundo Castells (1983) apud Sogame (1999, p.96), segregação residencial seria, em uma primeira aproximação, “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia”.

Para se compreender melhor o problema da segregação sofrida pelos moradores da área em estudo, de início precisava-se saber se houve uma aceitação dos moradores vizinhos da área que antes da relocação, era um imenso espaço vazio, e hoje se localiza o conjunto habitacional para onde os moradores da Favela da Cachoeira foram relocados. As entrevistas foram colhidas diretamente com os residentes vizinhos do conjunto habitacional que permitiram ser questionados diretamente em suas casas respondendo cerca de dez perguntas referentes à temática abordada.

O primeiro entrevistado foi identificado com o nome fictício de José, residente no local há 15 anos. Sr. José têm 56 anos, ensino médio completo, casado, autônomo e pai de três filhos.

Sr. José quando indagado se de início concordou com a transferência dos moradores da Favela da Cachoeira para a área, relatou o seguinte; *A princípio não, uma vez que era uma situação totalmente nova e assustadora para nós que ouvíamos diariamente os casos de violência ocorridos na Favela da Cachoeira um dos locais mais perigosos da cidade.*

No relato do morador percebe-se o quão é forte o preconceito antecipado e a constante estigmatização no que se refere a moradores de favelas no Brasil, como se todos que lá

habitam fossem marginais, assassinos, traficantes, quando sabemos que esses casos representam apenas uma parcela desses habitantes.

A esse respeito, Souza (2003) afirma que, está-se diante, portanto, de mais que um simples agravamento da segregação residencial, (...) devido a maior estigmatização dos moradores dos espaços segregados pela sua associação preconceituosa e generalizante com o tráfico de drogas, à luz da opinião pública e sob mediação da mídia.

Sr. José continua seu relato, agora quando questionado se houve um aumento no índice de violência com a transferência dos moradores da Favela da Cachoeira. *Com certeza a violência aumentou no geral, com a ocorrência de alguns homicídios, mas à medida que o tempo foi passando ocorreu uma diminuição considerável, principalmente por causa da ação da polícia e porque muitos que praticavam essas ações estão mortos ou em presídios.*

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da História da urbanização. Quase sempre existiram grupos que devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a sobreviver em certas áreas (geralmente as menos atraentes, bonitas, dotadas de infraestrutura, mais insalubres etc.), sendo na prática ou até formalmente excluídos de certos espaços reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade.

Concernente a isto Corrêa (1995, p. 66) afirma que: “assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e reprodução social para o futuro”.

De maneira geral, segregação remete a uma ideia de afastamento ou isolamento entre diferentes grupos populacionais. Este “afastamento ou isolamento” pode assumir significados distintos, o que nos permite identificar dois tipos de segregação: uma de cunho sociológico e outra de cunho geográfico. Em termos sociológicos, segregação representa a ausência de interação entre os distintos grupos populacionais, ao passo que em termos geográficos, representa a separação espacial entre grupos populacionais diferentes. Os dois tipos tiveram grande relevância, igualmente importantes para a pesquisa, mais especificamente, a *segregação residencial socioeconômica*.

A segregação geográfica se divide em dois tipos a “auto-segregação” e “segregação imposta”, a primeira relacionada à segregação posta a si mesma pelas classes dominantes ao selecionar os melhores e mais valorizados terrenos, a segunda é o tipo de segregação imposta aos grupos sociais excluídos que tem pouca ou nenhuma opção de escolher como e onde morar.

O termo auto-segregação refere-se à classe dominante na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população e

habitar onde desejar. A expressão desta segregação da classe dominante é a existência de bairros suntuosos e, mais recentemente, dos condomínios exclusivos com muros e sistema próprio de vigilância, dispendo de áreas de lazer e certos serviços de uso exclusivo, entre eles, em alguns casos, o serviço de escolas públicas eficientes.

No que se refere ao cotidiano dos moradores do entorno do conjunto habitacional, quis se saber se era possível a convivência sem que houvesse o mínimo de preconceito verificando-se algumas contradições, percebido nesse relato de um morador vizinho do conjunto habitacional; *a convivência é normal, não existindo nenhum tipo de preconceito desde que eles (moradores do conjunto) fiquem em seu lugar e nós no nosso.*

Percebem-se contradições nos depoimentos no que diz respeito à concordância de convivência dos moradores vizinhos, por exemplo, quando perguntado se os moradores do conjunto habitacional da Glória, tem a aceitação que merecem ou o preconceito atrapalha, verificando-se algumas afirmações como: *eles têm a aceitação que merece o preconceito não atrapalha;* outro morador afirma o seguinte: *apesar de ter diminuído bastante, nós ainda temos certo receio e o preconceito atrapalha um pouco.*

Isso faz refletir que o preconceito é o julgamento antecipado de algo que não se conhece, fato corriqueiro nas classes mais abastadas quando do convívio com a população menos favorecida, fato que gera o “medo” de conviver com o desconhecido. Souza (2003) destaca muito bem tal fenômeno.

Teme-se e odeia-se muito mais facilmente aqueles que, no fundo, não se conhece, embora se pense conhecer; é mais difícil ou menos provável questionar o estatuto de humanidade daqueles que são diferentes e deixar de reconhecer as semelhanças entre ‘nós’ e ‘eles’ quando há mais convivência. A convivência favorece a tolerância; a segregação realimenta a intolerância (SOUZA, 2003, P.83).

Percebeu-se nos relatos do Sr. José e de outros moradores próximos, que essa desconfiança inicial em não se aceitar a relocação dos moradores da Favela da Cachoeira para o Conjunto Habitacional da Glória, vem diminuindo consideravelmente, sobretudo, pela consequente valorização que os bairros vizinhos alcançaram nos últimos anos, fruto em parte da própria ocupação do espaço vazio existente antes da relocação, local utilizado para inúmeras práticas ilícitas.

Desta forma a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, visto que o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho fábricas e escritórios constitui-se no local de

reprodução, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constitui-se nos locais de reprodução.

A segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência de uma organização espacial de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas. Da localização diferenciada no espaço urbano das classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial na cidade capitalista.

Sogame (2001, p. 97) faz a seguinte reflexão: “Os lugares segregados da cidade moderna não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e setores dominados”.

Prosseguindo no desenvolvimento do problema da segregação que traz consigo o preconceito para com os habitantes do conjunto habitacional, procurou-se saber como é a convivência com os moradores dos bairros vizinhos obtendo-se relatos bem significativos como o apresentado a seguir:

A convivência é normal dentro do possível. Os moradores das áreas vizinhas já não têm tanto preconceito se comparado a nossa chegada aqui. O problema é a polícia que ainda carrega a imagem da delinquência do antigo local e quando chegam aqui para fazer abordagens não distinguem ninguém, agindo com agressões e palavras preconceituosas ferindo nossa dignidade (morador do conjunto habitacional).

Os moradores culpam entre outros fatores que contribuem para esse preconceito por parte da polícia, a própria mídia com programas sensacionalistas que quase sempre associam a violência à pobreza como particularidades exclusivas das periferias das cidades.

Assim sendo, salienta-se que na periferia segregada não é apenas a carência de infraestrutura a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente; destaca-se a *estigmatização* das pessoas que é muito forte por causa simplesmente do local em que moram.

Isso de acordo com Souza (2003) acaba sendo o resultado da competição, do individualismo que geram espaços de dominação dos diferentes grupos sociais ocorrendo uma tendência à uniformidade da população levando-se em conta o *status* socioeconômico e étnico. Essa homogeneidade origina áreas sociais, isto é, bairros homogêneos, segregados com fortes disparidades estruturais e econômicas entre um e outro.

O relato a seguir foi concedido por um morador ainda na antiga Favela da Cachoeira ao Trabalho Técnico Social, um dos órgãos responsáveis pela relocação.

Para nós que somos jovens, viver na Cachoeira é um desafio e tanto. Aqui temos acesso a todo tipo de coisa, como drogas, violência e tudo

que não presta. Para escapar disso somente através da educação. Com esforço dá pra viver. Viver fora daqui é outro desafio. Sofremos preconceito lá fora. O jovem morador daqui não tem oportunidade de crescer. Se você sai daqui para tentar arranjar um emprego e diz que mora na Cachoeira não consegue nada. É discriminado na hora (Alisson dos Santos, 22 anos, estudante, nasceu e morava na Favela da Cachoeira).

Sérios problemas de integração e de convivência entre os grupos sociais diferentes e, também de autoestima coletiva, costumam está associados a essa questão.

Não se trata, nessa situação, de um grupo excluído por razões étnico-culturais ou econômicas, embora a correlação entre pobreza e etnicidade seja forte; o que se têm é uma situação na qual os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo a residir em locais afastados dos eventuais “*pontos agradáveis*” da cidade além de sofrerem os mais diversos preconceitos e desrezos por parte dos moradores mais abastados.

Era de relevante importância para os objetivos do trabalho que entrevistássemos esse morador, agora no novo local de residência. Queríamos saber o seguinte: com a relocação para o novo local, o preconceito diminuiu ou ainda persiste?

Referindo-se aos moradores vizinhos, se compararmos a nossa chegada aqui no conjunto e hoje, o preconceito diminuiu bastante apesar de sabermos que ainda existe. O problema ainda persiste em relação a nossa origem que não mudou muita coisa. No seu entender, por que esse preconceito ainda persiste? Nossa situação econômica não mudou muito e por sermos de baixa renda e oriundos da antiga Favela da Cachoeira ocorre uma taxaço preconceituosa como se todos que moram aqui fossem o pior que existe na sociedade. Muitos que moram aqui, quando saem para procurar emprego tem receio em falar que moram no Glória por causa do preconceito (Alisson dos Santos, 22 anos, estudante, nasceu e morava na Favela da Cachoeira).

Com base em Souza (2003) percebe-se que o fator renda está historicamente entrelaçado com o fator étnico (racial) um dos motivos pelos quais, explica por que a maioria dos habitantes de favelas no Brasil é afrodescendente (negros e mulatos) e que a “liberdade” conquistada há mais de um século não veio acompanhada de condições de acesso à qualificação profissional, à educação, à moradia digna, resultando geração após geração de um quadro de pobreza e estigmatização, situação que ajuda a entender o preconceito que o morador destaca.

Neste sentido, Souza (2003) ressalta que, o Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por traz...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade, consolida a segregação, atuando também

como agente repressor via de regra na tentativa de colocar os pobres no seu devido lugar: “antes uma guarda das elites, que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres” (SOUZA, 2003, p. 90).

Apesar de tudo que já foi evidenciado, é impossível apontar um único mecanismo promotor da segregação residencial. Em geral, a segregação está associada a um conjunto de causas complementares que estimulam a maneira como as diferentes classes sociais apropriam-se do território e estruturam o espaço urbano.

3. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA EM ESTUDO

A história da Favela da Cachoeira¹ começa no ano de 1958 quando um grupo de famílias vindas da zona rural impelidos por uma forte seca que castigou a região na época, como também de outras famílias provenientes da própria cidade ocuparam o prédio onde funcionou o Colégio Anita Cabral, hoje o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que no período da invasão estava abandonado (SOUSA, 2004, p. 33-34).

O prédio invadido se tornou um cortiço, localizado em uma área nobre onde residia parte da elite da cidade. Os vizinhos se sentiram importunados com a presença dessas famílias e procuraram o Prefeito Severino Bezerra Cabral para encontrar uma solução para o caso. O então administrador municipal resolveu o problema desapropriando e doando um terreno na periferia leste da cidade de Campina Grande, que pertencia ao Sr. José Adelino de Melo (SOUSA, 2004, p. 33-34).

O terreno cedido pela prefeitura era impróprio para construir um loteamento por ser muito íngreme, mas sem opção de moradia e com incentivos da prefeitura, que doou material de construção como caibros, ripas e forquilhas. Os moradores do antigo prédio não tiveram alternativas e começaram a construir pequenas casas de taipa. Com o passar dos anos, o número foi aumentando consideradamente, por causa das ocupações de famílias que depois dos primeiros moradores se estabeleceram, foram no decorrer dos anos, de forma ilegal invadindo a área (SOUSA, op.cit, p. 33-34).

¹ Sua topografia apresentava-se bastante íngreme, repleta de ladeiras. O nome da favela originou do curso de água que corta toda sua extensão, por um canal que no final forma uma cachoeira. A Cachoeira tinha uma área de 20 hectares e estava localizada na área do Bairro de Monte Castelo na zona Leste da cidade de Campina Grande - Paraíba.

No intuito de destacar a convivência em área de risco o Trabalho Técnico Social (TTS) realizado pela Cehap no período 2006-2007, na Favela da Cachoeira, traçou os objetivos a seres alcançados pelo Projeto GLÓRIA A CASA É SUA. Esse TTS destacou inúmeros relatos de moradores, que narraram de maneira simples e sincera as dificuldades enfrentadas por eles no cotidiano da favela. Segundo relato da TTS:

A senhora Macária dos Santos, 89 anos, mora na comunidade há 43 anos, também conhecida como “Dona Nina”, fez o seguinte depoimento aos técnicos da Cehap, “*Aqui nada é fácil pra ninguém. Já caiu muita casa. Alguns perderam tudo e outros perderam até a vida. Já vi muita gente chorando enquanto carregava os troços na cabeça, fugindo das chuvas e das enchentes*”.

O senhor Manoel Venâncio, 59 anos, pescador, morador da comunidade há 32 anos, narrou as dificuldades de viver no local e a experiência vivida em numa área de risco:

Aqui não temos esgotos e tudo quanto é sujeira é levada para dentro de nossa casa. Há cerca de seis anos minha casa desabou. Escapamos de morrer, eu, minha mulher e meu pai, uma coisa triste. Um dos momentos mais feliz da minha vida foi quando fiquei sabendo que a gente ia sair da Cachoeira para morar na Glória (CEHAP, 2006).

A senhora Maria José da Silva, 45 anos, catadora de lixo, moradora da área em estudo há 37 anos, descreveu a dificuldade de acesso a serviços de urgência e ainda a preocupação com as chuvas:

Se ficar alguém doente é difícil conseguir socorro. Qualquer coisa que acontece temos que socorrer nos braços, se não morre aqui dentro. Outro dia meu irmão adoeceu e tivemos que pedir ajuda ao povo para levar ele até um local onde pudesse chegar uma ambulância. Outro dia minha casa desabou e minha família não morreu porque saímos a tempo. Fugimos para a casa de um vizinho. Já não tinha muita coisa e perdi o resto que tinha (CEHAP, op. cit).

A intenção do Trabalho Técnico Social (TTS) em colher referidos depoimentos foi mostrar uma fração do dia-a-dia vivido pelos moradores da antiga Favela da Cachoeira no que se refere à preocupação constante principalmente no período chuvoso que causava os desmoronamentos das barreiras e, até mortes, a dificuldade de acesso aos serviços públicos de emergência destacando também a felicidade dos moradores em saber que iriam morar em um conjunto com toda infraestrutura inexistente na favela.

Depois de muitas reuniões e debates a Associação de Moradores começa a cobrar da Prefeitura Municipal algumas ações de infraestrutura, por exemplo, benefício nas vias de

acesso da favela, para melhorar a acessibilidade, pois o local era bastante íngreme. Devido ao descaso em atender às necessidades da população do local foram convidadas no período, a Secretária de Serviço Social Senhora Malde Brasil e a primeira dama do município Glória Cunha Lima, que após participarem de uma reunião com membros da comunidade ficaram a par dos principais problemas, por exemplo, a falta de esgotamento sanitário, posto de saúde, creche, escola, entre outros. As duas ajudaram a área através da Secretária de Trabalho e Bem Estar Social e outras secretarias (SOUSA, op. cit, p. 37).

A primeira conquista social relevante em nível estruturante foi a construção do grupo escolar municipal Manoel Almeida Júnior por meio da Secretária de Educação e Cultura e colaboração da primeira dama do município, posteriormente a construção de duas escadarias nas encostas das Travessas José Miguel da Costa e Militão Marques.

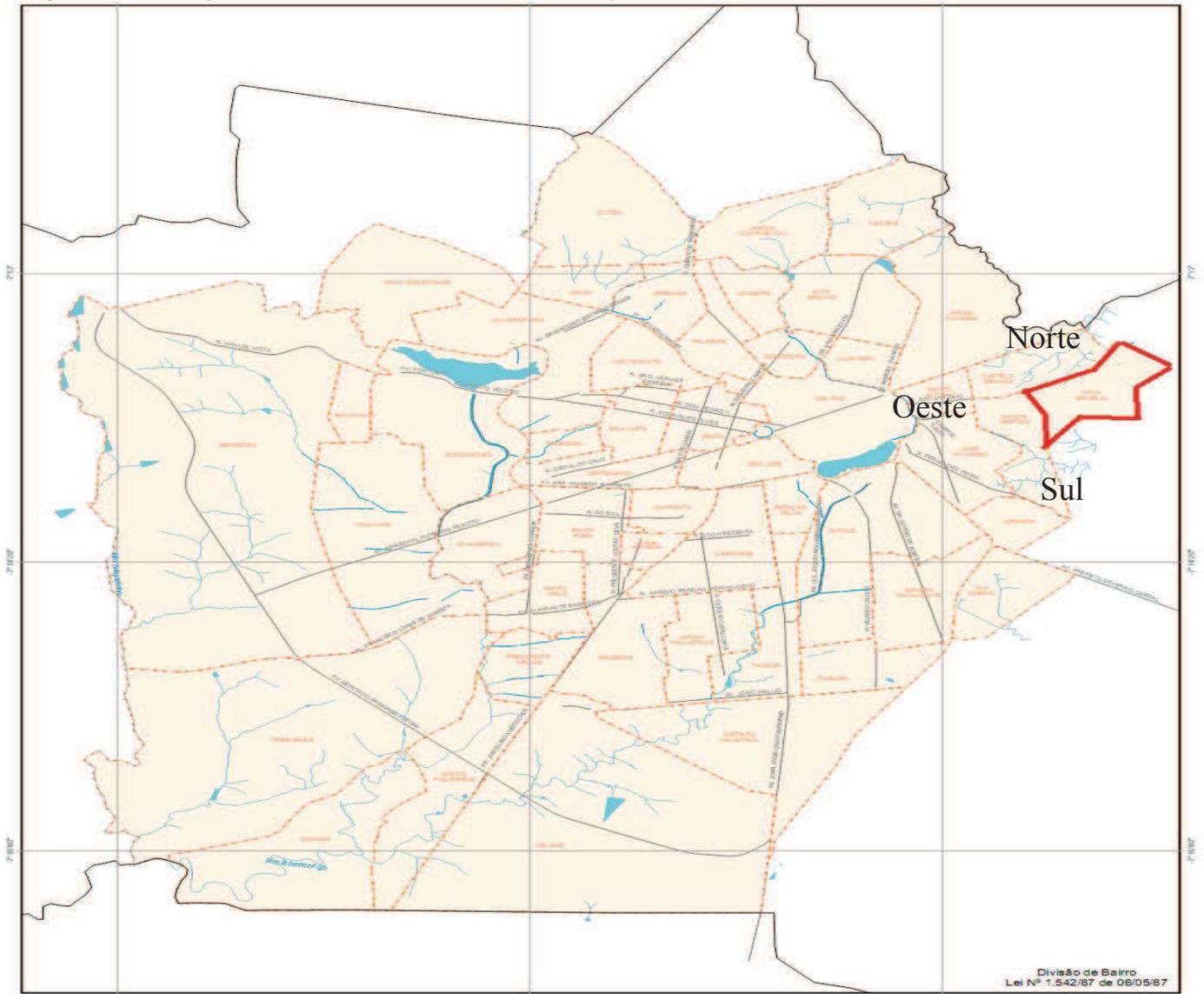
Segundo a maioria dos moradores a maior conquista só veio em cinco de Agosto de 2006 com a relocação dos Habitantes da Favela da Cachoeira para o conjunto da Glória. Mas essa vitória foi produto da persistência do movimento popular local, que realizou inúmeras reuniões convidou diversas autoridades e cobrou incessantemente como deve fazer uma Associação dos Moradores atuante.

A operação de assentamento demorou cerca de dois dias e envolveu diversos parceiros como Associação de Moradores da Cachoeira, SAB de Monte Castelo, Secretária de Cidadania e Justiça, Secretária de Saúde do Estado, Secretária de Educação do Estado SENAI, SENAC, DETRAN, SUDEMA, EMATER, SEBRAE, CAGEPA, CELBE, UEPB, Corpo de Bombeiro, Polícia Militar e outros (Trabalho Técnico Social da CEHAP 2007).

3.1 Localização da área em estudo.

O Conjunto Habitacional da Glória está dividido em loteamento I e II, insere-se no Bairro de Nova Brasília localizado na zona leste de Campina Grande, a uma distância aproximada de 2 km do Centro da cidade. A Av. Francisco A. do Nascimento que passa na lateral do conjunto é via de acesso para as pessoas que vem da cidade de Massaranduba. O conjunto limita-se a Leste com Massaranduba, ao Norte com o Bairro do Castelo Branco, a Oeste com o Bairro de Monte Castelo e ao Sul com o Bairro do Mirante (Figura 01).

Figura 01. Cartograma com Bairros limítrofes do Conjunto Habitacional da Glória Loteamentos I e II



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

MAPA DE DIVISÃO DE BAIROS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

GEO
Campina

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SAD 69
Meridiano Central: -53°

Fontes: PMCG - SE PLAN/ 2005
Criado no ArcGIS 9.2 usando ArcMap
Janeiro 2008 Escala: 1:45.000

975 487,5 0 975 Metros

Convenções

- Município de Campina Grande
- Limite de Bairro
- Açude
- Canal
- Rio ou Riacho
- Principal Articulação

Distritos de Campina Grande

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande. Adaptado (2014).

Figura 02: Imagem de satélite do Conjunto Habitacional da Glória Loteamentos I e II



Fonte: Google earth. Adaptado (2014).

O Conjunto Habitacional da Glória está dividido em loteamento I e II, sua topografia no geral é pouca acidentada. O local onde foi construído o conjunto antes era um vazio urbano no centro do Bairro de Nova Brasília repleto de vegetação.

As ruas são todas pavimentadas e a maioria são largas e ordenadas, com acesso a veículos particulares, transporte coletivo e veículo de coleta de lixo. Isso em comparação com o antigo local de moradia, facilita a acessibilidade e o cotidiano dos residentes no que se refere a locomoção.

3.2 A infraestrutura e a situação socioeconômica do conjunto Glória I e II.

Com a transferência dos moradores da Favela da Cachoeira em 2006, para o Conjunto Habitacional da Glória I e II, foram construídas 685 casas, sendo 91 adaptadas às condições físicas² e de idade dos moradores (Quadros 01, 02 e 03). Após o remanejamento foram construídas mais 15 casas para moradores que por vários motivos não as receberam inicialmente. O Loteamento Glória I é composto de 1410 habitantes residindo em casas bem estruturadas do tipo térrea e do tipo duplex conforme (Figura 02) e o Glória II sendo composto por 894 habitantes (Figura 03) com casas estruturadas da mesma forma somando um total de 2304 habitantes (Trabalho Técnico Social da CEHAP, 2007).

²Cadeirantes e deficiências que impossibilitam adequada locomoção.

Quadro 01. Quantidade, tipo e área das casas construídas na Glória I.

Loteamento Glória I - (construído pela construtora Sucesso)
Construção de 262 casas tipo térrea – Área de 39,35 m ²
Construção de 148 casas tipo duplex – Área de 43,74 m ²
Total de Unidades Habitacional – 410 unidades.

Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

Quadro 02. Quantidade, tipo e área das casas construídas na Glória II.

Loteamento Glória II - (construindo pela construtora Agra)
Construção de 260 casas tipo térrea – Área de 39,35 m ²
Total de Unidades Habitacional – 260 unidades

Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

Quadro 03. As unidades habitacionais apresentam as seguintes características

Área construída de 39,51m² com a seguinte distribuição:
01 terraço com área de 3,00m ²
01 sala de estar com área de 10,04m ²
02 quartos com área total de 14,76m ²
01 circulação com área de 2,50m ²
01 banheiro com área de 2,31m ²
01 cozinha com área de 5,10m ²
01 área de serviço com 1,80m ²

Fonte: CEHAP (2007).

Como pode ser observado no (Quadro 04), os Equipamentos Comunitários presentes no conjunto habitacional são insuficientes para atender aos anseios da população residente no local em estudo.

Quadro 04. Equipamentos comunitários e serviços públicos presentes no Conjunto Glória.

• 01 Escola Estadual de ensino fund. e médio– no Loteamento. Glória II.
• 01 Posto policial - no Glória II (insuficiente apenas com 01 ou 02 PMs).
• 01 Posto sede do Programa Pão e Leite – no Loteamento. Glória I.
• Posto do Programa de Saúde da Família (na própria comunidade não tem).
• 03 Linhas de transporte coletivo.

Fonte: Pesquisa de Campo (2012).

Os comunitários não contam com uma agência dos correios porque as ruas não têm nome nem número, isso causa grande transtorno para recebimento e pagamento de contas. O

conjunto habitacional não tem (PSF), sendo os comunitários atendidos pelo Posto do Programa de Saúde da Família do Bairro de Nova Brasília a 200m e do Jardim América a 500m. Mais um equipamento comunitário essencial e que o conjunto ainda não dispõe, mas no local tem áreas que podem ser direcionadas para esse fim é uma área de lazer (quadra, praça, brinquedos coletivos, academia de ginástica popular e outros).

Figura 03. Casas do tipo térrea no Loteamento Glória I.



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo (2014).

Figura 04. Ruas pavimentadas no Loteamento Glória II



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo (2014).

Enfatiza-se que várias dessas casas concluídas em 2006 tiveram suas áreas construídas modificadas e ampliadas por intermédio dos moradores destacando-se diversos motivos como, por exemplo, o crescimento da família e a sensação gratificante de investir em suas residências o que não acontecia na Favela da Cachoeira conforme mostra a (figura 04).

Figura 05: casas sendo modificadas ou mesmo ampliadas no loteamento Glória I.



Fonte: Arcevo do autor. Pesquisa de campo (2014).

Precisava-se saber o que significou a transferência no cotidiano dessas famílias de um ambiente de total inexistência de infraestrutura para um bem estruturado com ruas pavimentadas, saneamento básico adequado tornando a vida um pouco mais digna. Tem-se no relato de um morador do conjunto em que ele destaca a importância da relocação.

Foi uma mudança radical em nossos hábitos. Aqui tudo é mais fácil, desde a simples entrega de uma compra, uma vez que as ruas pavimentadas possibilitam que se chegue a sua porta com maior facilidade, como também, aqui nós temos estímulos para investir em nossas residências o que não ocorria na Favela (José Martins de Paiva “Martins da Cachoeira”, 35 anos, funcionário público, morador da Cachoeira há 35 anos).

Profissionais melhor remunerados, tais como funcionários públicos, apresentavam condições para realizarem tais melhorias, em virtude da situação econômica satisfatória em relação ao restante da população residente no local que dispõem unicamente da coleta de lixo para sobreviver.

Um desses recicladores de lixo (é como eles gostam de ser chamados) afirmou que: *nossa renda que já era miserável diminuiu muito com a relocação, uma vez que, lá na Favela não pagávamos água nem luz e aqui temos que pagar o que torna a vida ainda mais difícil.*

Pode-se extrair do relato desse morador e de outros que estão na mesma situação, que eles não querem livrar-se das obrigações financeiras, mas que se criem meios de aumentar suas rendas. A comunidade analisada não foi contemplada com um equipamento estruturante gerador de renda, como por exemplo, uma cooperativa ou usina de reciclagem, que pudesse distribuir trabalho e renda, mecanismo que não exige muita qualificação para a maioria da população local.

Ainda segundo a CEHAP (2006), foram pavimentados 62.000 m² em paralelepípedos e, em drenagem fluvial com tubos, quase 5mil metros. As obras de esgotamento sanitário abrangeram uma área de mais de 7mil metros quadrados, com mais 1,17 mil metros de emissário de esgoto. Enquanto que o abastecimento de água cobriu uma área de 6,8 mil metros, sendo na Glória I por estação elevatória em concreto armado no próprio local e na Glória II por alimentação direta. No Glória II também foi construída uma lagoa para tratamento de esgoto (figura 06) em concreto de 2.668,00 m³. Essa estação de tratamento também recolhe uma parte dos resíduos produzidos pelo Belo Monte e Jardim América.

Figura 06: Lagoa de tratamento de esgoto no Glória II



Fonte: Arcevo do autor. Pesquisa de campo (2014).

Observa-se que as mudanças em relação à infraestrutura foram significativas, no entanto, em relação aos aspectos econômicos, verifica-se que não mudou muita coisa, agravado pela total ausência do poder público que deveria ser o principal responsável por criar mecanismos de erradicação da miséria na comunidade. Mudanças que não se verificam pela falta de mecanismo de pressão da comunidade, tal como observa um morador do conjunto em entrevista realizada no dia 24/09/2011. *O conjunto da Glória completou cinco anos e ainda não temos associação, através da qual poderíamos reivindicar melhorias como a implantação de projetos sociais facilitando bastante à vida em nossa comunidade.*

A transferência da população da “área de risco” para a área receptora causou uma perda significativa na questão organização popular. O conjunto ainda depende de um resqúcio da antiga diretoria da Associação da Favela da Cachoeira que no momento passa por uma crise político-estrutural. Na planta original do conjunto habitacional há uma área reservada para essa entidade popular, mas por causa da inércia e de brigas políticas esse terreno foi invadido logo após a relocação.

A Associação de Moradores da Cachoeira, sem sombra de dúvida, foi um instrumento essencial na discussão, elaboração e execução do projeto de relocação dos comunitários da Glória e que a sua não implantação no novo local de residência, impossibilita que se faça reivindicações mais concretas com o objetivo de melhoria de vida dos comunitários.

Em relação à violência tentou-se comparar a realidade vivida na Favela da Cachoeira e agora em um ambiente melhor estruturado com a presença constante da segurança pública através da instalação de um posto policial destacando um trecho de uma entrevista cedida por uma moradora ao Trabalho Técnico Social ainda na Favela da Cachoeira: *Estou fazendo o segundo ano do ensino médio e não é fácil. Quando retorno da aula não posso ir para casa, porque é perigoso andar por aqui à noite. Eu durmo na casa de um tio e só volto pela manhã para minha casa.* Em seu ponto de vista, a violência aumentou ou diminuiu com a transferência da Favela da Cachoeira para o conjunto da Glória?

Lá na Cachoeira, o terreno íngreme bastante acidentado facilitava a fuga, uma vez que, os policiais ao chegarem para fazer as rondas quem estava na parte de baixo logo avistava as viaturas o que possibilitava mais tempo de reação. Com a transferência a violência diminuiu significativamente, pois a melhor infraestrutura com ruas largas, pavimentadas e bem iluminadas facilita o acesso mais rápido das viaturas e dos policiais contribuindo para uma queda no índice de violência em nossa comunidade (Maria Edinéia dos Santos, 21 anos, estudante em fase de conclusão do ensino médio).

A infraestrutura do Conjunto Habitacional da Glória com ruas bem pavimentadas, facilita a circulação de veículos agilizando o trabalho da segurança pública contribuindo para diminuir o índice de violência na comunidade, propiciando tranquilidade e maior qualidade de vida para os residentes do local.

3.3 Características Socioeconômicas dos Moradores da Glória

O Conjunto Glória recebeu em pouco tempo uma soma elevada de investimentos, cerca de mais de R\$ 19.000.000,00 (dize nove milhões de Reais), através da Caixa Econômica para o programa estadual A Casa é Sua e o programa federal Pró-Moradia.

Mesmo com incentivos consideráveis e um Trabalho Técnico Social (TTS) bem estruturado, as taxas com relação a índices socioeconômicos continuam muito baixas, semelhante aos da realidade vivida pela Favela da Cachoeira, que quase não recebia estímulos financeiros, sobretudo quando se referem de renda familiar, escolaridade, segurança, lazer e outros.

Com base nos relatos colhidos junto aos próprios moradores do local, e comparando-se com os dados apresentados nos quadros a seguir constatou-se que não houve uma evolução significativa na melhoria no nível educacional dos habitantes do bairro, observando-se no (Quadro 05) que a maior parte dos chefes de família ainda não são alfabetizados.

Quadro 05. Grau de instrução dos chefes de família da Glória.

Analfabeto	33% - 204
Alfabetizados	31% - 185
Ensino fundamental incompleto	29% - 180
Ensino fundamental completo	4% - 23
Ensino médio incompleto	1,6% - 09
Ensino médio completo	1% - 04
Superior completo	0,2% - 01
Não respondeu	0,2 % - 02

Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

Apesar dos dados serem de 2007 pelo fato da CEHAP não dispor de informações mais atuais vale enfatizar que, supõe-se com base em diálogos colhidos *in locu* que na questão renda dos moradores, mesmo com Trabalho Técnico Social (TTS) realizando encaminhamentos ao mercado de trabalho, cursos de capacitação e aprimoramento da

qualificação profissional com cursos de panificação, cabeleireiro, corte e costura e outros, a situação econômica não mudou muito com a relocação. Ainda segundo tais relatos colhidos através de entrevistas aplicadas junto aos moradores, as mudanças foram basicamente estruturais não havendo uma melhora considerável de renda.

A maior parte das famílias cerca de 55% vive com renda mensal de no máximo um salário mínimo (Quadro 6).

Quadro 06. Renda familiar por faixa.

Até um Salário Mínimo	54,9% - 326
Um a dois Salários Mínimos	24,4% - 149
Não tem renda	11,1% - 70
A única renda é a aposentadoria	4,6% - 27
Não respondeu	5% - 41

Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

A profissão predominante ainda continua sendo a informal, 39% dos entrevistados quando perguntados, qual sua profissão? Responderam Do Lar (Quadro 7).

Quadro 07. Ocupação do chefe da familiar³

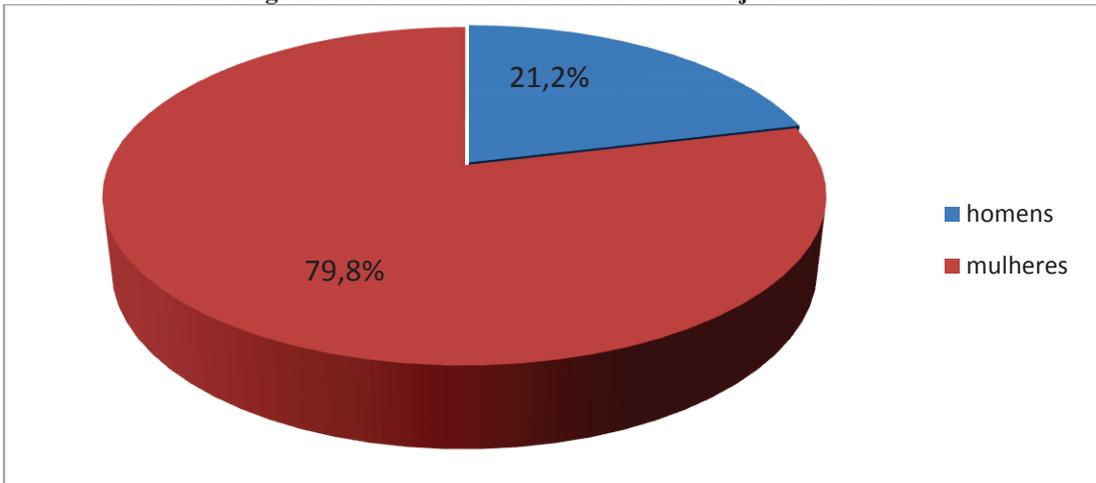
Do Lar	39% - 231
Empregada Doméstica	17,6% - 105
Aposentado	11% - 65
Autônomo	8,6% - 50
Serviços Gerais	3% - 17
Outras atividades informais	2,8% - 17
Pedreiro	2,7% - 17
Catador de material reciclado	1,9% - 13

Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

O Conjunto Glória quanto ao sexo têm predominância feminina de 55% (1284 pessoas), contra 45% (1052 pessoas) masculino. O local de estudo tem quase 79,8% dos Chefes de Família são mulheres e 21,2% são homens. Os dados a seguir mostram gênero do chefe da família, situação civil dos habitantes, e faixa etária (Gráficos 1, 2 e 3).

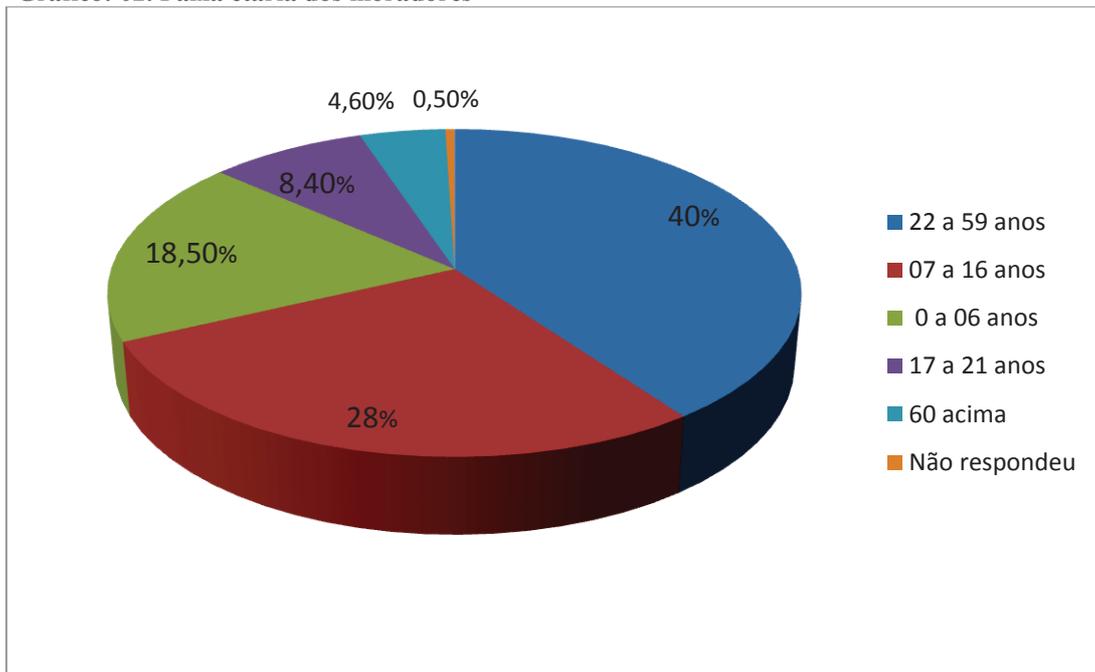
³**Nota:** Ressalta-se novamente que os dados defasados ocorreu em virtude do órgão responsável pelo recenseamento da população residente no local não dispor de atualizações e também pelo fato de não ter tido tempo hábil para se fazer uma pesquisa por amostragem o que permitiria fazer uma comparação da situação socioeconômica em 2007 e a encontrada nos dias atuais.

Gráfico: 01. Percentagem de chefes de família residindo no conjunto Glória.



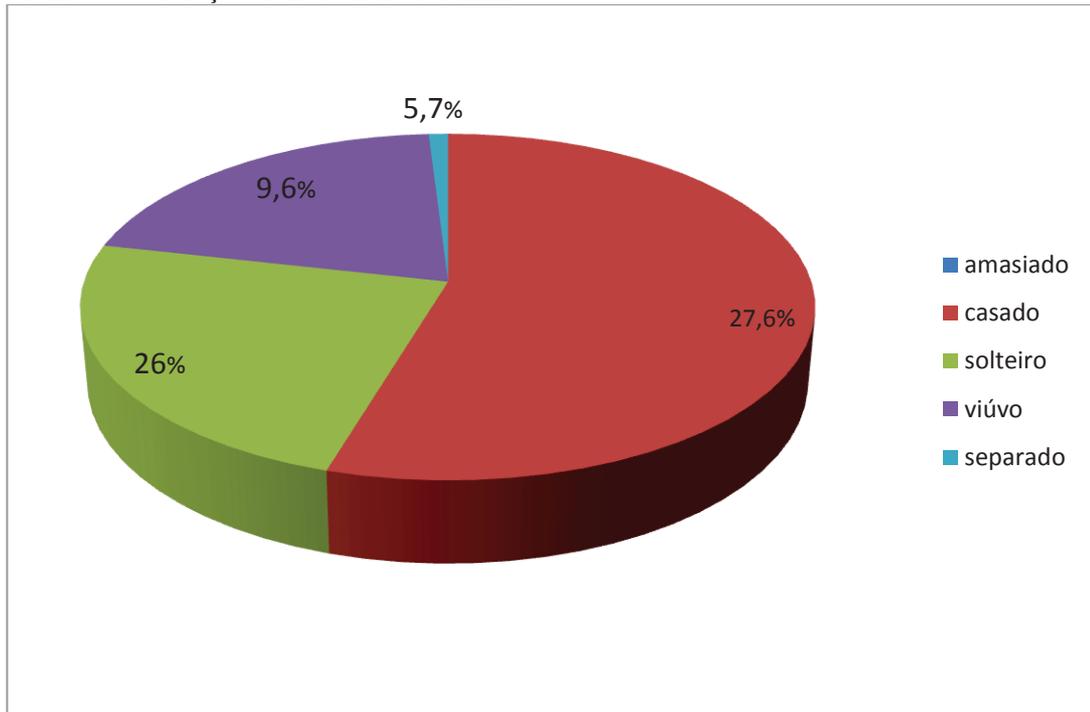
Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

Gráfico: 02. Faixa etária dos moradores



Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

Gráfico: 03. Situação civil do chefe de família.



Fonte: Trabalho Técnico Social da CEHAP (2007).

Ainda em relação ao nível de renda e crescimento pessoal, não houve uma alteração significativa constatado no relato de um morador da favela da Cachoeira há cerca de 35 anos e que agora reside no conjunto. *Para crescermos pessoal e profissionalmente devemos ter a iniciativa, correr atrás, pois não temos nenhum tipo de incentivo por parte do governo estadual nem do município* (Martins da Cachoeira, 35 anos, funcionário público, morador da Cachoeira há 35 anos).

Segundo o Trabalho Técnico Social (TTS) depois da saída dos comunitários e de seus pertences pessoais os técnicos da CELB desligavam a rede elétrica das residências desocupadas, (Figura 7), e a equipe de demolição derrubava imediatamente as casas da favela para que outras pessoas não ocupassem novamente o local. Toda relocação deste a saída da Cachoeira até a instalação na Glória foi acompanhada de perto por vários órgãos públicos, que deram o suporte técnico necessário para o processo de remoção.

Figura 07. Os técnicos da CELB desligam a rede elétrica das casas.



Fonte: CEHAP (2007).

Ainda de acordo com o Trabalho Técnico Social, em todas as etapas do projeto “Glória a Casa é Sua”, os moradores da Cachoeira tiveram participação direta, seja, na elaboração das moradias, na execução da obra (Figura 08) e na transferência de fato, através da comissão de acompanhamento das obras e da comissão de trabalho, periodicamente as comissões fiscalizavam o andamento das obras, ambas formadas por moradores e líderes locais.

Figura 08: Construção do Conjunto Habitacional da Glória.



Fonte: Cehap (2007)

José Joaquim Pereira presidente da Associação dos Moradores da Cachoeira (AMC) destaca que estava previsto ao término da construção que o carteiro de obras do Loteamento Glória I, ficaria reservado para o funcionamento das organizações comunitárias do conjunto, mas algum tempo após a transferência o local foi invadido e os invasores construíram residências (Figura 09) com padrões superiores ao do conjunto. A construtora deixou um espaço entre uma fila de casas onde também foi invadido e construindo cerca de cinco casas por pessoas não integrantes da comunidade. Processo de invasão semelhante (Figura 10) vem ocorrendo em uma área destinada ao escoamento das águas da chuva por moradores no Loteamento Glória II.

Figura 09: Casa construída em local destinado a organizações comunitárias no Glória I



Fonte: Arcevo do autor. Pesquisa de campo (2014).

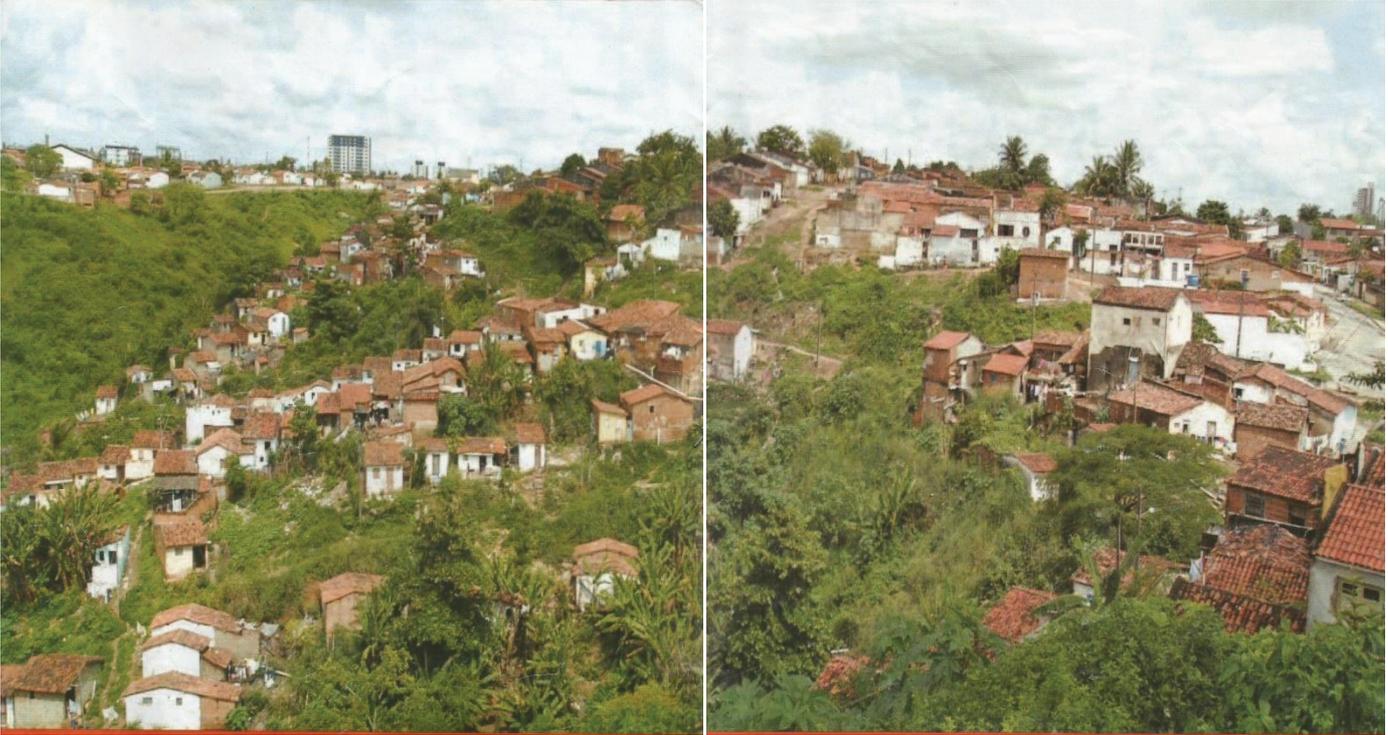
Figura 10: Residências construídas em área invadida no loteamento Glória II



Fonte: Arcevo do autor. Pesquisa de campo (2014).

Posteriormente ao assentamento do último comunitário da Glória, a antiga Favela da Cachoeira foi completamente demolida e sua existência de 48 anos chegava ao fim (Figura 11). Segundo (CEHAP 2007) a área da antiga favela será decretada “área de proteção ambiental” no local será implantado um projeto de revitalização ambiental e retirada de todo o entulho das habitações.

Figuras 11: Vista parcial da Favela da Cachoeira



Fonte: CEHAP (2007).

Figura 12: Parte da antiga Favela da Cachoeira demolida (2006)



Fonte: CEHAP (2007).

Segundo José Joaquim Pereira presidente da Associação dos Moradores da Cachoeira (AMC), para evitar o que ocorreu no Bairro das Malvinas na década de 1980, com a invasão das casas antes do sorteio das chaves, e também porque tinha rumores de ocorrer o mesmo no Conjunto da Glória após o término da construção, a equipe do Trabalho Técnico Social e a AMC tiveram o cuidado de fazer a transferência logo depois do final das obras e no menor espaço de tempo possível, mas também com preocupação de requisitar o apoio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros durante o final da construção do conjunto e até o assentamento das famílias, para evitar invasões ou outros transtornos.

O projeto “Glória a Casa é Sua”, para chegar a sua execução de fato em 2006, demorou cerca de cinco anos após inúmeras reuniões e discussões com autoridades, líderes populares e moradores.

Em 2002 a Prefeitura de Campina Grande enviou assessores técnicos e o vice-presidente da Associação de Moradores da Cachoeira (AMC) para observarem “*in loco*” na Capital Teresina um projeto de construção de moradias para pessoas de baixa renda, que foi bem sucedido e poderia ser usado para solucionar o problema de habitação na Favela da Cachoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos tempos da primeira república ao processo de redemocratização política do país na década de 1980, o planejamento urbano para as áreas segregadas ganhou sinônimo de verdadeiros mutirões de expulsão ou remanejamento populacional para ambientes longínquos. Uma vez deslocados, a população local se via no dilema da ausência do poder público, repressão político-policial e fragilidade dos ativismos sociais.

A pesquisa demonstrou que realmente houve uma melhoria principalmente no que se refere ao acesso à habitação mais decente, anseio de milhares de brasileiros, constatando-se também que as condições socioeconômicas dos moradores não tiveram uma evolução satisfatória, motivo, dentre outros, de não disporem de um mecanismo que os representem na busca de políticas sociais que melhorem suas vidas.

Embora os dados expostos ainda apontem índices muito elevados de pessoas vivendo com renda insuficiente às suas necessidades básicas, com 54,9% das famílias da comunidade vivendo com no máximo um salário mensal, e o nível do emprego 56% continua sendo informal e pouco especializado, mesmo assim observou-se nitidamente, um desenvolvimento na passagem de favela a conjunto.

Outro ponto essencial é a acessibilidade, que proporciona aos moradores a coleta de lixo regular em todas as ruas, o transporte coletivo, o socorro de ambulâncias e as rondas da polícia em toda área.

Um ponto importante é o resgate da autoestima dos habitantes com a realização de eventos, palestras, cursos e atividades que transmitem confiança aos moradores para superar vários preconceitos oriundos da favela. Esse agregado de melhorias contribuíram para a elevação da qualidade de vida se comparado ao período de favela.

Acreditamos que essa pesquisa é um começo para uma análise mais completa a ser realizada em um estudo futuro, que venha a investigar um número maior e significativo de pessoas, e, conseqüentemente, mais aspectos físicos e socioeconômicos, pois acreditamos que investigar a prática da *segregação e estigmatização* serve para revelar, discutir e apreender aspectos da relação da sociedade com os sujeitos menos favorecidos inseridos no sistema capitalista.

Os relatos apresentados nesta pesquisa ilustram os problemas vivenciados por muitos moradores de bairros periféricos da cidade capitalista a qual segrega, humilha e marginaliza milhares de pessoas pelo simples fato do local em que habitam e pela condição

socioeconômica, induzindo a uma reflexão sobre a necessidade de políticas sociais que atendam prioritariamente a população dessas áreas.

A prática do planejamento urbano no país, além de muito recente, possui uma trajetória de funcionalidade segregacionista e excludente. A existência de uma política social que atenda a população de baixa renda se faz necessária para que haja uma integração real desses moradores periféricos as benesses da sociedade capitalista como educação, saúde e moradia digna.

Enquanto lição, a pesquisa deixa a ideia de que o planejamento urbano possui uma grande importância para a promoção de uma maior igualdade social, diminuição dos índices da criminalidade e de segregação dos espaços, e que de um fato podemos ter a mais pura certeza: apesar de progressivas mudanças no modo de se pensar a cidade brasileira, ainda nos encontramos no dilema de promover espaços urbanos igualitários em termos de oportunidades econômicas e sociais. A cidade global pode não ser ainda o prisma perfeito para embasar as políticas públicas voltadas para nossas urbes, já que fatores históricos, políticos e culturais aí estão embutidos.

Concluimos assim que a cidade de Campina Grande-PB em sua expansão urbana nas últimas décadas nos revela uma desigualdade resultante de um intenso processo que coloca de um lado os mais abastados financeiramente e de outro os pobres desprovidos de quase tudo.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. - São Paulo - Ática, 1995.
- CEHAP, Companhia Estadual de Habitação Popular, **Revista A Casa é Sua**, 2006, p. 13.
- CEHAP, Companhia Estadual de Habitação Popular – **Projeto de Trabalho Técnico Social para o Bairro Glória I e II**. João Pessoa, 2003.
- CEHAP, Companhia Estadual de Habitação Popular - **Projeto de Trabalho Técnico Social o Reassentamento da População Beneficiada da Favela da Cachoeira para o Bairro Glória I e II**. Campina Grande, 2007.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio de Martins. - Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileira**. 9ª ed. - São Paulo. Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1994.
- SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande, 2011.
- SOGAME, Maurício. **Rudimentos para o Exame da Urbanização em sua Fase Crítica: Uma Aproximação ao Conceito de Segregação Socioespacial** – Vitória. Revista Geografares, nº 2, 2001.
- SOUSA, José Alves de. **Erradicação da Favela da Cachoeira: Uma Luta do Povo pelo Espaço** (Monografia). Campina Grande – PB, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano** – Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.
- VILLAÇA, Flávio. **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação** – São Paulo: Global, 1986.

APÊNDICE

Aplicação de entrevistas de caráter socioeconômico aos moradores dos do Conjunto Habitacional da Glória loteamentos I e II no intuito de verificar também, o nível de aceitação dos moradores do entorno dos loteamentos que objetivou a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) solicitado pelo curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) pretendendo-se a coleta de informações a serem utilizadas com finalidades acadêmicas com o seguinte tema: **O PROBLEMA DA HABITAÇÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: UMA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS GLÓRIA I E II.**

ENTREVISTA

01- Em sua opinião, o que mudou no cotidiano da sua família com a transferência para o conjunto da Glória? (morador)

Resposta: _____

02- Como é a convivência com os moradores dos bairros vizinhos? (morador)

Resposta: _____

03- Com a relocação para o novo local, o preconceito diminuiu ou ainda persiste? (morador).

Resposta: _____

04- (Caso a resposta anterior seja positiva). No seu entender, por que esse preconceito ainda persiste? (Morador).

Resposta: _____

05- Em seu ponto de vista, a violência aumentou ou diminuiu com a transferência da Favela da Cachoeira para o conjunto da Glória? (morador).

Por que?

Resposta: _____

06- A principio, o que você achou da transferência? (vizinho)

Por quê?

Resposta: _____

07- Em seu ponto de vista, a violência aumentou ou não houve alteração em seu bairro com a transferência da Favela da Cachoeira para o conjunto da Glória? (vizinho)

Por quê?

Resposta: _____

08- Para você é possível a convivência sem que haja o mínimo de preconceito com os moradores da Glória? (vizinho)

Por quê?

Resposta: _____

09- Você acha que os moradores da Glória tem a aceitação que merece ou o preconceito atrapalha? (vizinho)

Por quê?

Resposta: _____

10- Na convivência do dia-dia que tipos de atritos ocorrem entre vocês e os moradores da Glória? (vizinho)

Resposta: _____

ENTREVISTADOR